

Original

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO - PREÂMBULOS DA ATUAÇÃO DA
EQUIPE PROSOL NO PRÉ-ASSENTAMENTO PAULO GOMES
(ITAPURANGA/GOIÁS/BRASIL)**

**Solidary Economy, Geography and Education - preambles of the ProSol team's performance in the pre-
settlement paulo gomes
(Itapuranga/Goiás/Brasil)**

Ana Carolina de Oliveira-Marques, Universidade Estadual de Goiás – UEG

carol.geografia@hotmail.com

Arlan Santos Menezes, Universidade Estadual de Goiás – UEG

arlan.menezes@hotmail.com

Recibido:20/03/2018 - Aceptado: 24/04/2018

RESUMO

Este artigo cumpre o propósito de apresentar o terreno - institucional, teórico, metodológico e geográfico - onde é germinada a experiência de Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Goiás/Campus Itapuranga (Goiás/Brasil), referendada como PROSOL. Preocupações copresentes no texto que se segue: quais às possibilidades de leitura e intervenção dos geógrafos no campo da Economia Solidária? Como pensar a dimensão espacial da Economia Solidária? Asexperiências de economia solidáriadesafiamos paradigmas científicos consolidados, de que maneira? Como transpor tais experiências para a docência? Tais questionamentos nos lembram da importância de compreensão não só do conceito, Economia Solidária, mas da interface deste com a Geografia e a Educação. É esse mergulho nos preâmbulos de um trabalho que se inicia no Pré-Assentamento Paulo Gomes, e as inquietações que toda aproximação como o desconhecido suscita, o objeto das reflexões aqui compartilhadas. Revisão teórica dos principais autores da Economia Solidária, trabalho de campo para observação e registro fotográfico, aprendizados em sala de aula vão "dar a liga" que o texto precisa para se colocar como experiência própria de revisão do trabalho já executado, daquele que virá e de nossas posturas enquanto pesquisadores e educadores.

Palavra-chave: Autogestão; Incubadora Tecnológica; Cooperação.

ABSTRACT

This article has the purpose of presenting the terrain - institutional, theoretical, methodological

and geographical - where the experience of Technological Incubation of Popular Cooperatives and Solidary Enterprises of the State University of Goiás / Campus Itapuranga (Goiás / Brazil) begins, endorsed as PROSOL. The text is motivated by the following concerns: what are the possibilities of reading and intervention by geographers in the field of Solidarity Economy? How to think about the spatial dimension of the Solidarity Economy? The experiences of solidarity economy defy consolidated scientific paradigms, in what way? How to translate such experiences into teaching? Such questions remind us of the importance of understanding not only the concept, Solidary Economy, but its interface with Geography and Education. It is this dip in the preambles of a work that begins in the Pré-Assentamento Paulo Gomes, and the restlessness that every approach as the unknown raises, the object of the reflections here shared. Theoretical review of the main authors of the Solidary Economy, fieldwork for observation and photographic recording, classroom learning will "set the tone" that the text needs to be put as an own experience of reviewing the work already done, of the one who will come and of our positions as researchers and educators.

Key-words: Self-management; Technological Incubator; Cooperation.

INTRODUÇÃO

Uma vez submetido e logo mais apresentado em terras estrangeiras, introduzimos este texto com a apresentação do lugar do qual falamos. Somos professores de um campus universitário situado no interior de um estado (Goiás), por sua vez situado no interior do país. Nosso local de trabalho, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), obedece a uma lógica de descentralização da oferta de ensino superior no estado, por isso presente em mais de 40 municípios.

Lotados na cidade de Itapuranga, a 160 quilômetros da capital estadual, Goiânia, lidamos com um público de estudantes trabalhadores, em sua maioria de origem rural.

O município sediara uma série de conflitos socioambientais no campo, cujo ápice se deu na década de 1970, típicos de um país que sofrera uma brusca redefinição do modelo de desenvolvimento nacional. O campo que outrora abrigava a maior parte da população brasileira, com seus particulares tempos e espaços de vida, transfigura-se paulatinamente num território controlado pelos poucos que não o vivenciaram, mas que controlam os meios de produção, especialmente a terra.

Tais fatos provocaram, em contrapartida, a reação popular por meio de movimentos sociais, sindicais entre outros coletivos organizados. Manifestações, passeatas, confrontos, ocupações

de terra tomaram as paisagens brasileiras do litoral ao sertão. É nessa avalanche de expropriação e resistência que se insere o Pré-Assentamento Paulo Gomes. No decorrer do artigo, traremos informações mais detalhadas da localidade e dos sujeitos protagonistas na conquista deste espaço.

Para a compreensão dos "afluentes" teórico-metodológicos que desembocam neste texto, apresentaremos um breve mapa das aventuras acadêmicas que a este antecedem e nele se expandem, vivenciadas em projetos de pesquisa, atividades de ensino e ações de extensão universitária.

Evocamos como "matriz" o projeto de pesquisa "Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Territorial: perspectivas para o Mundo do Cerrado". O Cerrado está localizado na região central do Brasil, abrangendo 8 estados, e "sedia" megaprojetos econômicos. A equipe deste projeto atua em diferentes frentes de estudo das paisagens e conflitos - portanto dos territórios - que desvelam um Cerrado em movimento, em disputa.

A abordagem dialética a qual se debruçam, fornece chaves de interpretação das resistências que os sujeitos individuais ou coletivos, organizados ou não, engendram na defesa de suas existências plurais, combatidas por meio de um modelo hegemônico capitalista copresente nas esferas econômica, política, cultural e ideológica. É a esse movimento de resistência - recorrentemente invisível, sutil e silencioso - que se somam experiências como a que ocupa a centralidade deste artigo.

Ao "projeto guarda-chuva", de abrangência nacional, acrescentamos a recente iniciativa das "Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários"(PROSOL), gestadas em quatro Campus da Universidade Estadual de Goiás: Itapuranga, Ipameri, Itumbiara e Jataí. O ProSol compreende tanto ações de extensão quanto de pesquisa.

Coordenador geral, coordenadores adjuntos, assessores, bolsistas e colaboradores compõem a equipe PROSOL e atuam, interdisciplinarmente, no apoio a coletivos produtivos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. O programa prevê o acompanhamento dos profissionais desde as etapas de concepção/planejamento, implantação, operacionalização até a avaliação e "autonomização" dos empreendimentos incubados.

No estágio atual, os grupos se encontram aprovados via edital de seleção e as equipes locais (que operam a gestão a nível do Campus) partem para o diagnóstico socioeconômico e ambiental das realidades atendidas.

As primeiras aproximações, a fins de caracterização e contato com os grupos incubados, exigiram que projetos de pesquisas fossem vinculados ao referido programa de extensão. Feito isto, os pesquisadores de cada Campus participante do PROSOL se organizaram e iniciaram as fases da pesquisa exploratória e documental. Parte deste trabalho, no que tange a um dos dois grupos incubados pela equipe PROSOL/Itapuranga, é por meio deste texto compartilhada.

Assim sendo, de antemão, assumimos o risco inerente a reflexões suscitadas a curta prazo, cuja natureza está mais próxima da das hipóteses; e convidamos o leitor a derivar pelo texto em busca de chaves de interpretação pouco ou ainda não reconhecidas por nós.

Não só a pesquisa e a extensão se encontram neste trabalho. Também as experiências docentes que vivenciamos, sobretudo no curso de especialização em "Agroecologia e Educação", que se encontra em sua segunda edição. Aqui, conteúdos e categorias que permeiam o trabalho desenvolvido nos diversos segmentos a pouco apresentados, recebem o devido tratado teórico. Por outro lado, também os conteúdos e experiências das pesquisas nas quais estamos envolvidos inundam a sala de aula e promovem tensões entre o genérico e o real, o geral e o particular, o explicado e o experienciado.

Ainda que extenuante, fez-se necessária esta apresentação do terreno institucional onde é germinado o vínculo entre a universidade e o grupo de pré-assentados "Paulo Gomes", assim como os sentidos e as intencionalidades que o regam.

Já nesta introdução, as "rasuras" que provocamos na linguagem acadêmica, impondo a pessoalidade, denunciam o duplo desejo de fazer do trabalho junto aos sujeitos incubados, oportunidade de revisão dos paradigmas científicos aos quais estamos "aliados". Pois, político e epistemologicamente, é sempre bom rever as alianças.

O texto que se segue bifurca-se em duas partes, a primeira teórico-conceitual e a segunda empírica. Adotamos tal divisão devido à deficiência de material coletado em campo passível de teorização, fruto de uma pesquisa em seu estágio inicial. Daí, o investimento maior na fundamentação teórica.

Primeiro, sobrevoamos o conceito de "Economia Solidária": de onde surge esse conceito? O que ele afirma e nega ao mesmo tempo? Quais as principais referências deste assunto no Brasil? Em seguida, tentamos situá-lo no terreno da Geografia: qual a interface entre os conteúdos fundamentais da Geografia e a Economia Solidária? Qual(is) perspectiva(s) adotamos para compreender a dimensão espacial da economia solidária? E, por fim mas não menos importante: como expandir a potência pedagógica deste trabalho?

Histórico e Princípios da Economia Solidária no Brasil

Entre os estudiosos da Economia Solidária, destacam-se Jean-Louis Laville (mundo), Valmor Schiochet e Paul Israel Singer (Brasil). O primeiro, sociólogo francês e professor do *Conservatoire National des Artset Métiers*, Paris (França). O segundo, doutor em sociologia e professor da Universidade Regional de Blumenau. O terceiro, economista austríaco com cidadania brasileira, professor da Universidade de São Paulo. Este último esteve à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária quando da sua fundação no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

São textos de autoria desses pensadores e/ou seus interlocutores, e sites oficiais do governo brasileiro, as fontes das informações compartilhadas neste tópico.

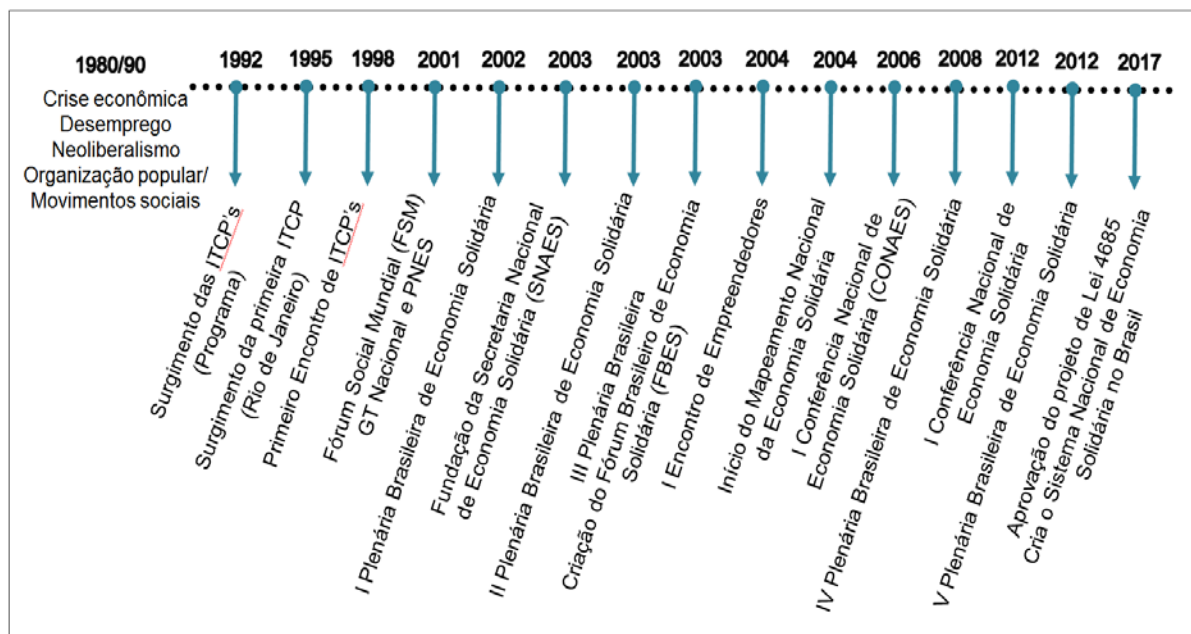
Schiochet apresenta o conceito e os fundamentos originários da Economia Solidária:

Economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. O professor Paul Singer costuma sublinhar as duas especificidades que, em sua visão, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e, por outro lado, a prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos (SCHIOCHET, 2009 p. 55).

Este trecho traz algumas palavras-chave para a compreensão da proposta da Economia Solidária: autogestão, solidariedade, trabalhador(a) e organização econômica. O termo confunde-se, em outras escalas e localidades, com expressões como “Economia Popular” – América Latina – e “Economia Social” – Europa.

Os agentes envolvidos na promoção da Economia Solidária em território brasileiro são coletivos produtivos da sociedade civil, ONG’s, governos, universidades, igrejas e movimentos sociais.

A inserção da Universidade se deu, sobretudo, com a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares em 1992. Desde então, órgãos estatais foram criados, conferências e plenárias realizadas, políticas públicas elaboradas para a consolidação de uma economia alternativa e de seu respectivo campo de pesquisa:



Antes de política pública, a Economia Solidária surgira como possibilidade de geração de renda e cooperação entre setores interessados em formas distintas de organização social, gestão da produção e do consumo.

O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica. (SCHIOCHET, 2009 p. 55)

A economia solidária se afirma, sobretudo, na negação de alguns princípios da economia capitalista. A competitividade é um deles (SINGER, 2002), favorecendo a “associação entre iguais” em detrimento ao “contrato entre desiguais”.

Romper com a competitividade não implica, todavia, na negação das diferenças. As diferenças são, aliás, a condição para o exercício da liberdade individual reclamada na própria definição de Singer: “A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (2002 p. 10).

Se, por um lado, preza-se pela liberdade individual, por outro lado as decisões são invariavelmente coletivas. Desde o estatuto, o plano de cargos e salários, a gestão das “sobras” (ao invés de lucro) e fundos, as normas de adesão e retirada de sócios ou cooperados, o valor da quota, as parcerias.

Apesar de mais comuns, as cooperativas populares não encerram as experiências de economia solidária no Brasil e no mundo:

Embora as cooperativas (de consumo, de trabalho, de produção e de crédito) constituam uma das formas importantes por meio das quais tais práticas sociais se desenvolvem, elas não são as únicas; de fato, há várias outras formas importantes como os clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana (como cuidar de crianças ou idosos). (LEITE, 2008 p. 33).

Percebe-se logo que a economia solidária não se trata de um “programa” ou “normativa” pela qual se certifica determinados empreendimentos.

Os princípios são “bússolas” àqueles que praticam a economia solidária, de forma que o conteúdo autogestionário não se perca, porém não figuram como impedimentos a novas experiências.

Laville evidencia a “experimentação” como princípio de uma economia alterativa e combate a tomada do Estado como condição inegociável para o sucesso de experiências de autogestão. Para ilustração, o autor diferencia o “militante político” do “alternativo”:

Os militantes permanecem fiéis à prioridade atribuída à ação política. É certo que propõem o regresso às fontes do socialismo, constatando, através da crítica da burocracia, que a abolição da propriedade privada não é suficiente para realizar o projeto socialista. Porém, subordinam a adoção da autogestão à conquista do poder de Estado. Os alternativos, por sua vez, procuram constituir imediatamente espaços de autogestão limitados. Esta divisão entre militantes e alternativos pode ser ilustrada pelo movimento anti-nuclear, do qual uma parte se concentra na organização de grandes manifestações, enquanto a outra se esforça também por provar a viabilidade das energias renováveis. Esta vontade de mudar “aqui e agora”, através da experimentação, explica que muitos deles se voltem para práticas econômicas que, supostamente, abrem caminho a uma economia alternativa (LAVILLE, 2009 p. 9).

Vejamos a seguir, algumas possibilidades de entrada do geógrafo no campo teórico e prático da Economia Solidária.

O passo do geógrafo

Inicia-se este tópico com o seu contraponto: tão importante quanto fundamentar o “passo” do geógrafo, é reconhecer a conexão entre os campos de saberes (Geografia, Economia, Sociologia etc.) frente à complexidade das realidades atuais.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves sinaliza os riscos da parcelização dos saberes e o distanciamento da totalidade social, tendência crescente na Geografia:

[...] se a Geografia é um saber específico, só se pode perceber sua especificidade em relação às outrasciências, pois ninguém é específico em relação a si próprio. Na medida em que confundimos a Geografia com a realidade "tout court", na verdade, perdemos a dimensão do que é o não-geográfico; perdemos a diferença, o outro, porque tudo é Geografia, confundindo-a com a realidade. (PORTO-GONÇALVES, 1984 p. 11)

Porto-Gonçalves chega a afirmar a existência de uma única ciência: a História. Não a História como disciplina, campo de saber específico, mas uma “concepção filosófica a respeito da matéria” (1984 p. 13). Uma das portas de entrada do geógrafo no campo da economia solidária é, pois, percorrer as experiências dispersas no território, captando as relações (sociedade-natureza) que elas veiculam. Que mutações essas experiências operam no trabalho? Como se diferenciam no tempo e no espaço, e que conteúdos específicos cada uma delas evoca?

São essas questões que movem os primeiros esforços da equipe de atuação da ProSol. Geógrafos, historiadores, biólogos, agrônomos empenhados na compreensão dos exemplos de organização social solidária dispersos no estado de Goiás (Brasil), desafiados a empreender uma espécie de “hermenêutica das emergências”, como elaborou Santos & Rodriguez, a partir de

uma [...] perspectiva que interpreta de uma maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas fundadas em princípios não capitalistas. Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis. Isto não implica que a **hermenêutica das emergências** renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas e não propriamente diminuir o seu potencial (SANTOS & RODRIGUEZ, 2002 p. 5 - grifo nosso).

A proposta altamente geográfica dos sociólogos é explorar para além das fragilidades que essas economias alternativas apresentam, dada à situação de marginalidade no sistema capitalista. De certo são incipientes para uma transformação social radical, porém abrigam princípios anticapitalistas e conteúdos inovadores que desafiam valores e paradigmas consolidados.



É com esse espírito que professores da Universidade Estadual de Goiás iniciam o trabalho da ProSol no Pré-Assentamento Paulo Gomes, no município de

Itapuranga (GO):

O Pré-Assentamento, com extensão territorial de 711 hectares, comporta 12 famílias que aguardam a demarcação das terras destinadas à reforma agrária. Por meio da ocupação de terras em descumprimento à função social da propriedade, os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) protagonizaram essa conquista.

No estágio atual, o Pré-Assentamento Paulo Gomes carece do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) para que as parcelas sejam demarcadas e as habitações construídas. Pretende-se, pela ProSol, prestar apoio administrativo, técnico e de formação política aos assentados dispostos a fundarem uma cooperativa de produção agrícola.

Está em fase de realização o diagnóstico ambiental e socioeconômico do grupo atendido, com a aplicação de questionários, registro fotográfico, mapeamento da área e rodas de conversa (atividade registrada na fotografia 1).

Todo o trabalho conta com a participação de estudantes bolsistas e voluntários. A dimensão educativa da ProSol situa-se não só nas leituras realizadas e nas discussões que precedem a ida a campo, mas no próprio trabalho de campo, momento indispensável na formação docente em Geografia:

Os professores lidam com três níveis de aprendizagem: a informação, o saber fazer e a compreensão. Todas estas formas são partes importantes do trabalho em Geografia. A informação fundamenta o trabalho, mas deve-se considerar que possui uma natureza pragmática. Nunca é pura, isenta da necessidade de dominar, quer as coisas, quer os outros, de saber para poder. O saber fazer implica numa atividade do sujeito. Só se aprende fazendo. Nesta ideia está a proposta emergente da Geografia através do trabalho de campo. (CASTROGIOVANNI & GUULART, 1990 p. 110).

A ProSol configura-se, assim, como importante vínculo universidade-comunidade, posto a trocas de experiências entre professores, estudantes, campesinas e campesinos, expandindo o sentido da extensão universitária. Certamente novas pedagogias serão reclamadas nesse processo, desafiando a formação docente que há muito tempo negligencia a educação não formal e outras concepções de ensino de geografia, a exemplo da vertente anarquista (RECLUS & KROPOTKIN, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A proposta ProSol inaugura uma via de comunicação entre a universidade e a comunidade rural no município de Itapuranga.
2. A natureza provisória (prazo de 4 anos) da incubadora alerta para a importância de um processo de autonomização dos empreendimentos solidários, de forma que se mantenham após o período de incubação. Para isso, apresenta-se indispensável a consolidação de espaços de diálogo permanentes e a elaboração de estratégias de formação continuada dos sujeitos atendidos.
3. Há que se rever, logo de início, a noção de beneficiários desse processo, pois se é certo que os assentados terão apoio administrativo, técnico e de formação política, é também verdade que professores e estudantes do curso de Geografia terão um terreno fértil para a atualização dos conteúdos – geográficos, políticos e ideológicos – e metodologias apreendidas em sala de aula.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, A. C., GOULART, L. B. (1990). Uma contribuição à reflexão do ensino de Geografia: a noção de espacialidade e o estudo da natureza. São Paulo: *Revista Terra Livre*, n. 7, p 109-118. Recuperado de

<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/87/86>.

LAVILLE, J. (2009, março). A economia solidária: Um movimento internacional. Lisboa: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 7-47. Recuperado de www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf.

PELÁ, M., CASTILHO, D. (2010). *Cerrados: perspectivas e olhares* (1ª ed.). Editora Vieira.

- PORTO-GONÇALVES, C. V. (1984). Reflexões sobre geografia e educação. Transcrição, revista pelo autor, de palestra realizada na *Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas* (SP) durante o treinamento para professores de Geografia. Recuperado de http://www.geografa.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2015/2s/Reflexoes_sobre_geografia_e_educacao.pdf.
- RECLUS, E.; KROPOTKIN, P. (2014) *Escritos sobre Educação e Geografia*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre.
- SANTOS, A. M., CARNEIRO, V. G. (2008). O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. *E-cadernos ces 02*. Recuperado de <https://journals.openedition.org/eces/1260> Acesso em: jan 2018.
- SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. (2002) Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In: Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. p. 01-60. Recuperado de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodProdPort.pdf>.
- SCHIOCHET, V. (2009). Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In: Mercado de trabalho*, v. 40 ago. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercado_detrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf.
- SILVA, J. G. (1971). *A reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Zohar.
- SINGER, P. I. (2002). *Introdução à Economia Solidária* (1ª ed.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.